



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 318 - DE 1 A 15 DE MAIO DE 2006 - R\$ 1,50

O meio de combater o conjunto das frações burguesas em disputa pelas eleições é defender com luta a vida dos explorados:

- Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho
- Imposição do salário mínimo vital
- Entrega das terras aos camponeses pobres
- Que não haja nenhum jovem fora da escola e da produção social

Balanço da greve dos Professores Municipais - SP

CONAT: Contra a ruptura divisionista, por uma frente antiburocrática e antigovernista

O que fazer nos Congressos da CUT

Fracassa a frente eleitoral do PSTU

**Argentina:
30 anos do golpe
militar genocida**

“Golpismo” do PSDB/PFL não progride e Lula continua sua campanha

As últimas investidas da oposição burguesa (PSDB/PFL) ao governo foram as tentativas de instalação de CPIs que pudessem servir de ponto de apoio para ataques ao governo durante a campanha eleitoral. A CPI do Lula, que deveria investigar as relações do presidente com Paulo Okamoto, foi enterrada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que usou o regimento interno para anular o pedido assinado por 35 senadores para sua instalação. A denúncia do procurador da república de que Lula teria responsabilidade pelos 40 nomes apontados como responsáveis pelo mensalão também não se desdobrou. A própria oposição, respaldada pela OAB, afirmou que tem em mãos os instrumentos necessários para um processo de impeachment contra Lula, mas que não existe nem apoio popular nem maioria parlamentar para fazê-lo. O anúncio de que faria o tal pedido por Roberto Freire (PPS) não passou de bravata. Aldo Rebelo (PCdoB) é um homem de Lula, que se acha em posição confortável de não encaminhar o pedido, uma vez que não há pressão social.

Lula prossegue sua campanha eleitoral não declarada pelo país, inaugurando obras, falando em eventos empresariais, discursando para os beneficiados pelos programas assistenciais. Conta com resultados de pesquisas que ainda lhe dão ampla margem de vantagem sobre os adversários do PSDB e PMDB. Ampliou os gastos públicos, reduzindo o superávit primário dentro dos limites determinados pelo capital financeiro internacional. O Banco Central vem reduzindo progressivamente as taxas de juros, acalmando uma parcela do empresariado que atritava com o governo. Negocia com o agronegócio as perdas causadas pela desvalorização do dólar frente ao real e pelo esgotamento da soja no mercado mundial, prometendo taxas de juros baixíssimas e longuíssimos prazos de pagamento. O BNDES anunciou mais crédito a empresários em dificuldades. A Justiça tem aberto processos contra as lideranças dos sem-terra, de forma a aumentar a pressão contra as ocupações, favorecendo os fazendeiros. O capital financeiro, maior beneficiário da política econômica do atual governo, há tempos fechou apoio à reeleição. Nesse quadro, o apoio das frações capitalistas ao governo e sua reeleição só tem aumentado.

O PSDB, apesar da definição da candidatura de Alckmin à presidência, continua imerso numa crise. A campanha não decola. O PFL encontra-se dividido, acusando setores do PSDB de boicotarem candidaturas peefelistas nos estados. A campanha dos parlamentares opositores de denúncias contra o governo e seus integrantes não empolga as massas. Tudo indica que apenas uma parte da classe média se afetou com a avalanche de denúncias de corrupção. O PSDB não consegue arrastar setores do PMDB para o apoio a Alckmin. A candidatura própria de

Garotinho, que prejudicaria Lula, se vê ameaçada pela verticalização, pelo lançamento de Itamar Franco e pelas denúncias de corrupção envolvendo empresas doadoras de recursos a sua campanha.

No PMDB, adia-se indefinidamente a realização de uma convenção nacional. Os governistas querem uma sinalização do governo de disposição para ainda mais concessões. Os opositores temem a definição prematura que poderia ser desastrosa às suas pretensões. O PT aguarda o apoio do PMDB para tentar a vitória no primeiro turno. Todas as iniciativas do PSDB de aproximação fracassaram, e só pioraram as relações com o PFL.

De um lado, o governo consegue atenuar a oposição de setores burgueses à sua política econômica. De outro, aumenta as despesas e com isso faz crescerem as contradições do endividamento público, que ultrapassou a marca de um trilhão de reais.

A reeleição de Lula tem também um custo para o PT. Suas principais figuras no governo foram trucidadas pelas denúncias de corrupção. O Encontro Nacional, em São Paulo, dará a tarefa de coordenação da reeleição a Ricardo Berzoini, um dos últimos sobreviventes da cúpula mais próxima a Lula. O PT teme pelo seu futuro mesmo com a reeleição, porque o apoio das frações burguesas está condicionado ao governo, suas alianças e sua submissão às imposições do grande capital. Diante das revelações da profunda integração do PT ao fisiologismo burguês, da destruição política das figuras públicas dos seus principais dirigentes, o PT se desgastou como instrumento político de sustentação do governo no parlamento. Mantém, porém, o controle sobre as organizações de massa, em especial a CUT. A reeleição de Lula é no presente sua tábua de salvação. Mas as prováveis contradições do segundo mandato de Lula acirrarão os problemas do PT. É pouco provável que sua organização tenha mais fôlego que a figura do caudilho.

As eleições tendem a arrastar a maioria oprimida atrás das frações burguesas em disputa. É provável que uma parcela da população, decepcionada com a trajetória do PT no governo, vote nulo, ou na tentativa de ressurreição reformista que representa o PSol. Mas a maioria deve seguir a disputa entre o governo e a oposição burguesa.

A tarefa do partido revolucionário em construção é a de potencializar a luta pelas reivindicações das massas por seus próprios métodos, que se chocam com o conjunto das frações burguesas, todas elas submissas às diretrizes do imperialismo. A falta de possibilidade de uma intervenção eleitoral que expresse a independência de classe obriga a vanguarda revolucionária a defender o voto nulo, contra todos os partidos burgueses e em defesa do programa da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

“Frente ameaçada”

PSOL descarta PSTU

Com o título de “A Frente Ameaçada”, o jornal *Opinião Socialista* n.º 255 relata o fracasso do PSTU em atrair o PSOL para uma aliança eleitoral, com Heloisa Helena para presidência e José Maria para a vice-presidência. Os ex-petistas desconsideraram as conversações com o PSTU: lançaram candidaturas a governo e senado em alguns estados e colocaram na vice-presidência César Benjamin da Consulta Popular.

Diz o *Opinião*: “Querem impor, sem diálogo, uma chapa pura do PSOL, com indicação de presidente e vice. Ou seja, querem apenas a adesão dos outros partidos às suas candidaturas”. Esse lamento demonstra que o PSOL descartou o PSTU da pior maneira possível. Ou seja, desconheceu as negociações com o possível aliado e simplesmente o colocou de lado.

A Frente de esquerda do PSTU é eleitoreira

O PSOL, recentemente formado, resultou de sanções e expulsões de petistas. Heloisa Helena, que era da Democracia Socialista (mandelista), se projetou com a crise do PT. Ocupou a trincheira das CPIs ao lado do PSDB/PFL/PDT etc contra o governo Lula. A grande imprensa lhe deu importante cobertura, interessada que estava em mostrar que não só os partidos oficiais denunciavam a corrupção do PT (todos são corruptos), mas também ex-petistas que acabavam de formar o PSOL. A posição de senadora ex-petista, denunciante do governo Lula, deu à Heloisa Helena publicidade nacional. Os discursos inflamados de Heloisa Helena contra seu ex-partido e contra o governo que tanto empenho fez por eleger atraíram a atenção de uma camada da pequena-burguesia.

É preciso que se tenha claro que a senadora fez carreira política no PT. Sua expressão eleitoral se deve, de um lado, ao carrearismo parlamentar, de outro, a um oposicionismo pequeno-burguês marcado por dissidências no seio do reformismo petista. Para o PSTU, nada disso conta ao propor uma frente eleitoral em torno da candidatura de Heloisa Helena.

Eis a essência de sua formulação, impressa no *Opinião Socialista* 253: “(...) A candidatura de Heloisa Helena à presidência se impõe por seu peso eleitoral em um setor minoritário de massa. (...)”. Esse é o critério fundamental da frente de esquerda do PSTU, o programa “antiimperialista e anticapitalista” é apenas uma parte do cenário. Prevalece na concepção de sua frente de esquerda o caudilhismo eleitoral, ainda que inexpressivo, como é o caso da senadora. Reforce-mos a comprovação: “É preciso apresentar uma alternativa unitária dos partidos e movimentos sociais dos trabalhadores, uma frente que seja classista e socialista. A candidatura de Heloisa Helena pode encabeçar essa frente. Mas para isso ela precisa ser mais do que a candidatura do PSOL.” (*Opinião Socialista* 255)

O que o PSTU propôs, com sua frente de esquerda, foi um acordo interpartidário com o PSOL, que incluía o PCB. Lembremos que essa política frentista é a mesma que os morenistas aplicaram em relação ao PT. Estavam de acordo em apoiar Lula numa frente de esquerda.

Como se coloca a frente nas eleições

Não se pode por princípio ser contra uma frente eleitoral entre as correntes de esquerda, que inclui a esquerda centrista e revolucionária. Mas não se pode admitir uma frente eleitoreira como máscara de frente classista e de esquerda. Nem é admissível usar a tática frentista como manobra e meio de negociação eleitoral entre correntes.

Concretamente, o PSTU procurou negociar com o PSOL a vice-presidência. O chamado geral de constituir uma frente de esquerda não era verdadeiro. A proposta era de um acordo em torno dos cargos do PSTU com PSOL.

Mas voltemos à idéia de que não se deve por princípio ser contra uma frente de esquerda nas eleições. Está colocada a luta pela independência de classe dos explorados no terreno eleitoral da burguesia. As ilusões democráticas das massas são poderosas. Somente se esgotarão com as experiências na luta de classe e com a presença do partido marxista profundamente enraizado no proletariado, que ainda está em construção.

O fato é que temos de enfrentar a capacidade da burguesia, seus partidos e seu Estado de arrastar a maioria explorada para apoiar sua política. As eleições são um dos melhores instrumentos dos capitalistas para isso.

O reformismo petista se valeu dessa arma para ascender ao poder. Resiste ao escândalo de corrupção e ao ataque cerrado do PSDB/PFL, porque as ilusões despertadas pelo caudilhismo de Lula foram imensas e continuam fortes. O PT sem o caudilho Lula não seria nada e já estaria no chão por força do PSDB/PFL/PMDB.

Setores da classe capitalista tomaram a decisão de se desfazer desse instrumento – o PT – mas não podem fazê-lo imediatamente, pois encontram nas massas exploradas as ilusões no caudilho e no assistencialismo de seu governo. Está aí por que não progrediu a ameaça de impeachment. Portanto, os próximos meses estarão marcados pela disputa interburguesa nas eleições.

É nesse quadro que se coloca a luta pela independência dos explorados. As eleições devem ser tomadas como tribuna para defender as reivindicações das massas, colocar as tarefas democráticas e antiimperialistas, desenvolver a estratégia da revolução proletária e organizar a ação direta dos explorados. Com essa linha, denunciar a disputa do PT e seus aliados com a do PSDB e seus aliados. Esse é o ponto de partida para se constituir uma frente revolucionária para as eleições.

Decidir em uma plenária nacional

Os acordos de cúpula do PSTU com PSOL só poderiam levar a uma frente oportunista. Não serviria de instrumento de defesa de um programa proletário. O POR defende a convocação de plenárias regionais para discutir as bases programáticas da frente. A partir de claras posições políticas, decidir em uma plenária nacional as candidaturas. Estas devem estar na defesa do programa e sob o controle da frente revolucionária. Devem ser majoritariamente proletárias.

Como intervir nos Congressos da CUT

Os congressos estaduais ocorrerão em maio e o nacional em junho. Não há dúvida de que serão burocratizados e marcados pelo domínio do PT e aliados. A decisão da Conlutas de romper com a CUT e formar uma nova central enfraqueceu enormemente a oposição.

A esquerda do PT (O Trabalho) estará, em última instância, ao lado dos governistas. Os estalinistas do PCdoB formam com o PT carne e unha. A ala do PSOL que não está com a Conlutas é parte da burocracia e expressará a linha reformista para as eleições. Como se vê, as condições para a luta contra a burocracia petista são completamente adversas. Mas não são as dificuldades que decidem sobre a importância da atuação revolucionária.

Já mostramos o tremendo erro da Conlutas em dividir a CUT e deixar o campo aberto para as direções pró-capitalistas. Exatamente pela importância que tem o combate à burocracia cutista no seio dos sindicatos e do movimento das massas.

Quais são os pontos centrais da intervenção revolucionária nos Congressos da CUT?

Defender o rompimento da Central com o governo Lula, desligamento de todos os dirigentes sindicais dos sindicatos que estejam comprometidos com o Estado e a política burguesa, total independência da CUT frente ao governo e aos partidos da burguesia, proibição a que sindicalistas ocupem postos executivos estatal, nenhum apoio eleitoral ao PT ou qualquer partido que não tenha um programa da revolução proletária.

Implantar a democracia operária: congresso de base, maioria operária, liberdade de defesa de posição e direção proporcional.

Defesa de uma plataforma de luta: salário mínimo vital de 2500, escala móvel das horas de trabalho, escala móvel dos reajustes, escola e saúde públicas para todos os trabalhadores. Revogação de toda reforma neoliberal. Terra aos camponeses pobres, expropriando os latifúndios sem indenização. Autodeterminação dos povos, fim do saque imperialista, não pagamento das dívidas externa e interna, recuperação da estatais sob o controle coletivo da produção.

Contra a farsa da democracia no capitalismo: Pelo fim do programa educacional da polícia militar

O PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é uma adaptação do projeto D. A. R. E. American (Drug Abuse Resistance Education) criado em 1983 nos Estados Unidos. Chegou ao Brasil em 1992, através da PM do Rio de Janeiro, e no Estado de São Paulo em 1993, por meio da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (USP) de onde expandiu-se para os demais estados. Hoje intervém em 58 países em todo o mundo.

Há quatro anos, o programa dá livre acesso aos policiais militares dentro das salas de aula dos sistemas de ensino público e privado de todos os estados brasileiros. Na lista de "beneficiados" pelo programa, o estado de São Paulo está em terceiro lugar no mundo, já formou 2,5 milhões de alunos de aproximadamente 4 mil instituições. Se já não bastasse a atuação repressiva da PM no entorno das escolas, o PROERD mascara essa mesma atuação dentro delas, com a permissão de dirigentes escolares e com a autorização de cada pai de aluno. O programa conta ainda com sua forma atrativa às crianças do Ensino Fundamental I: a figura do policial, que logo transforma-se em um "amigo", "ídolo", "confidente" de muitas delas, facilitando o inculcamento da ordem social burguesa, esta transmitida de forma "lúdica" pelas 17 lições de cidadania (pregadas semanalmente por 60 minutos). Segundo a cartilha do programa, as lições objetivam desenvolver a "auto-estima, o cultivo da felicidade, controle das tensões, civilidade, além de ensinar técnicas de autocontrole".

O PROERD apresenta a prevenção às drogas como um passaporte a uma vida "saudável e sem violência", já que para ele a droga é considerada como a fonte causadora de "pessoas violentas e infelizes". Esse programa importado do imperialismo norte-americano é mais um item de todo um pacote

educacional antipopular (assim como o sistema de cotas, autonomia financeira do sistema público de ensino, parcerias público-privadas etc.). Ele tem a intenção de continuar iludindo futuros jovens, professores e as famílias, de que a felicidade, o sucesso ou o ingresso no mundo das drogas é de responsabilidade individual do "infrator". É desta forma que pretende amortecer a luta de classes. Além da cartilha, a criança recebe um "kit" com camiseta e boné distribuídos no dia da formatura, juntamente com um certificado de conclusão do curso, assim que o aluno formando prestar o compromisso diante da Polícia, da Escola e da Família de "resistir às drogas e à violência".

O programa "treina" o aluno para se livrar de algumas situações vividas pela juventude em relação ao consumo de drogas. Mas não é e nem será capaz de treiná-los para achar uma outra saída para suportar a vida miserável e sem perspectivas que o capitalismo apodrecido logo cedo lhes impõe. A PM ignora o desemprego, a fome, a pobreza, a falta de acesso à cultura e às condições básicas de sobrevivência dos trabalhadores oprimidos. Reforça, nas mentes em formação, princípios que sustentam a sociedade opressora em que vivemos, como: livre-arbítrio, direitos e deveres, e justiça. O POR combate esse programa repressivo e a escola desvinculada das reais necessidades dos explorados. Defende:

E UM SISTEMA ÚNICO DE ENSINO, PÚBLICO, LAICO E VINCULADO À PRODUÇÃO SOCIAL!

NENHUM JOVEM SEM EMPREGO, QUATRO HORAS NA ESCOLA E QUATRO HORAS NO TRABALHO!

ORGANIZAÇÃO DE TODOS OS SETORES OPRIMIDOS CONTRA REFORMAS ANTIPOPULARES E PELA INDEPENDÊNCIA FRENTE AO ESTADO CAPITALISTA E À POLÍTICA BURGUESA!

Combater a burocracia sindical, sem romper com a CUT

Tratamos imediatamente sobre o tema da ruptura com a CUT e da constituição de uma nova Central porque esta será a principal decisão do Conat.

Desde as primeiras reuniões da Conlutas, o POR participou com a seguinte posição: constituir uma frente única de luta classista e anti-burocrática, não dividir a CUT, atuar dentro e fora dela e dos sindicatos. Para se consolidar a frente classista, levantamos a necessidade de um programa discutido nas bases e aprovado em uma plenária nacional de delegados. Os comitês de base frentista organizariam as atividades segundo um plano e sob a coordenação também eleita na plenária.

Como se vê, diferente de outras correntes de esquerda que se declararam contra o movimento da Conlutas, tomando-o como definitiva cisão da CUT, afirmamos a sua importância como instrumento de organização e mobilização contraposto ao bloqueio imposto pela burocracia às lutas e à independência política do movimento operário. Não tivemos dúvidas, no entanto, de que o objetivo traçado pelos seus organizadores, sendo a principal força o PSTU, de desfiliar sindicatos da CUT e constituir uma outra Central não era o caminho correto para combater e derrotar a burocracia, grande parte dela formada por petistas.

Muitos estranharam o fato do POR comparecer nas plenárias da Conlutas para se colocar contra a decisão de formar uma nova Central e também e tirar delegados ao Conat, de acordo com esse propósito. Entendemos que as posições devem se desenvolver de acordo com a experiência. Constituímos uma posição no interior da Conlutas por uma frente única de luta - quanto a isso atuamos em todas as campanhas - e formulamos lealmente a posição contrária à divisão da CUT - quanto a isso atuamos contrários às medidas de desfiliação. Trabalhamos por fortalecer a Conlutas como frente única, mas não a fortalecemos como fração divisionista da CUT. Sem dúvida, estamos diante de uma contradição, mas explicável pela própria divergência criada entre as organizações do campo classista com a proposta de desfiliação da CUT.

Achamo-nos no dever revolucionário ir até o fim na defesa da unidade das organizações proletárias. No Brasil, é recente a experiência de divisão de uma Central envolvendo uma ala da esquerda que se reivindica do marxismo. Mas as experiências do movimento sindical internacional do passado trazem importantes lições. O marxismo sempre combateu as divisões burocráticas ou ultra-esquerdistas.

Temos a convicção de que o movimento de divisão da CUT liderado pelo PSTU compõe-se de traços burocráticos e ultraesquerdistas. Parece um contra-senso, mas é o que refletem setores do sindicalismo que não encontram força aparelhista para se expressar no interior da CUT amplamente estatizada e aqueles que, de tão mergulhados no subjetivismo, não vêem que a maior parte dos trabalhadores continuarão sob o comando ou a influência da burocracia cutista. Não é por acaso que existem aqueles que querem um novo aparelho controlado pela cúpula sindical e aqueles que chegam ao absurdo de proporem uma organização soviética.

As correntes que estão contra a divisão da CUT e não lutam no interior da Conlutas em favor de uma frente classista acabam reforçando os aparatos burocráticos. Entendemos que o correto é atuar no interior da CUT contra a sua estatização e atuar no movimento da Conlutas em favor da frente única e contra a divisão da CUT.

A vanguarda que se aglutinou em torno da Conlutas tem um papel importante na luta pela independência política dos explorados, na defesa das reivindicações e na mobilização de massa. Por isso, não pode virar as costas para a CUT que mantém sob seu controle não só a maioria dos

sindicatos, mas também os mais estratégicos.

Luta pela independência e democracia sindicais

De fato, a CUT chegou a um grau extremo de burocratização. A particularidade está em que a Central está sob a direção do PT. Passou a ser parte do governo com a vitória eleitoral de Lula. O PT no poder do Estado completou o processo de estatização. Para cumprir a função de correia de transmissão da política governamental petista, foi necessário recrudescer a burocratização da CUT: limitou-se ao extremo seu Congresso, descaracterizou-se a representação operária, impossibilitou-se a expressão política das posições minoritárias, impôs-se a paralisia frente aos ataques dos capitalistas e encastelou sua direção.

É preciso ter claro que a burocratização da CUT se deu concomitantemente ao fortalecimento do reformismo petista. O PT se apoiou em grande medida nos sindicatos e na CUT para se construir como aparato eleitoral. O petismo forjou ao longo dos anos uma casta de burocratas, cuja principal escola foi a do reformismo, e assim aprenderam a manejar a política de conciliação de classe e a controlar o aparelho sindical com mãos de ferro.

As esquerdas que por longo período construíram o PT e o apoiaram eleitoralmente e que em Congressos da CUT chegaram a propor moção de apoio ao PT têm ou não responsabilidade quanto à burocratização da Central? O balanço da relação do PT com a CUT e das correntes de esquerda com o PT\CUT deve também ser feito por aqueles que trabalham pela formação de uma nova organização sindical.

Apresentamos sinteticamente nosso balanço porque este demonstra que a burocratização é um fenômeno de direção. A direção burocrática leva fatalmente à estatização das organizações operárias, que pode ser mais direta, como agora, ou mais indireta, como no passado. É com esse fenômeno que estamos lidando.

É preciso derrotar a política burguesa do PT no seio dos sindicatos, ou seja, no seio do proletariado e dos trabalhadores em geral. O reformismo, cuja principal política é a de conquistar apoio eleitoral das massas e sustentar as ilusões democráticas dos oprimidos no Estado burguês, anula o quanto pode as organizações sindicais, submetendo-as às disputas interburguesas.

Vicentinho avalizou a reforma da Previdência do governo FHC\PSDB para mostrar à burguesia o lugar do PT no quadro partidário institucional. O presidente da CUT, Marinho, tornou-se ministro do Trabalho no governo do PT como capacho bem formado pelo capital. Vicentinho e Marinho sintetizam a total adaptação da burocracia petista ao capitalismo. A expressão maior da submissão à burguesia é o próprio Lula, considerado até pouco tempo como "referência da classe operária" por quase todas as correntes de esquerda.

A burocracia não é homogênea, divide-se em frações vinculadas a interesses particulares das frações capitalistas. A direção burocrática leva a divisões no movimento sindical segundo esses interesses e suas manifestações na política eleitoral. A divisão entre CUT e Força Sindical é uma cunha burocrática no seio do movimento operário, que necessita da unidade para enfrentar com força o poder da classe capitalista.

O trabalho revolucionário no seio dos explorados implica demonstrar o papel divisionista do reformismo petista e do direitismo forçista. Não será constituindo uma nova organização minoritária de esquerda, que não expressa uma poderosa tendência de ruptura das massas com a CUT, que se derrotará a burocracia. A tarefa é justa-

mente o contrário: organizar a luta pela independência da CUT, pela democracia sindical e pela unidade das organizações operárias.

Superar a crise de direção

As massas se iludiram com o reformismo do PT. Deslocaram-se eleitoralmente dos tradicionais partidos burgueses à procura de saída para a miséria, a fome, o desemprego, a discriminação etc. A ausência de um poderoso partido revolucionário dificulta a ação direta da maioria oprimida.

Os sindicatos carecem de uma direção programática, voltada inteiramente à destruição do capitalismo pela revolução social. A tarefa de quebrar o poder das direções burocráticas – reformistas e direitistas – liga-se indissolúvelmente à construção do partido-programa. O que exige desenvolver uma política oposta ao corporativismo e ao aparelhismo sindical. A burocracia continuará dominando enquanto não tiver de se confrontar com posições do partido marxista-leninista-trotskista.

A exploração e a crise do capitalismo levam os assalariados a se chocarem com a política de colaboração da burocracia, mas é preciso o partido do proletariado para varrer a direção pró-capitalista.

Não se trata de disputar corporativamente o aparelho sindical com a burocracia, mas de constituir uma direção revolucionária para os sindicatos. Estes devem não apenas defender os interesses econômicos dos trabalhadores, mas servirem sobretudo de auxiliares da revolução proletária.

O enfrentamento às direções burocráticas se dará na base, no movimento operário, que se expressará no interior dos sindicatos.

A posição de criar uma nova Central minoritária de esquerda vem das correntes e sindicalistas que carecem do programa da revolução e que não podem desenvolver uma política de superação do reformismo. Evidencia-se a luta de aparatos, acobertada com a análise de que a CUT é uma casca vazia. Desconhece-se que o problema está na burocracia sindical como um todo, que vai da CUT à Força sindical, e que controla a esmagadora maioria dos sindicatos.

Não é por acaso que uns querem que o Conat aprove a nova Central, outros querem que deixe mais para frente, ou que o Conlutas continue a ser o que é, e outros ainda querem um soviet a fórceps. No mesmo sentido, discute-se se o Conat deve parir uma central de sindicatos ou que também agregue movimentos sociais. Trata-se de uma confusão criada por um movimento supra-estrutural, desvinculado das amplas massas proletárias. Uma nova central terá de constituir uma nova fração burocrática para disputar o aparelho, pois não expressará a constituição de uma direção revolucionária e será um fator a mais do divisionismo sindical.

Combater o eleitoral-sindicalismo

Nas plenárias da Conlutas, o PSTU apresentou uma moção em favor de uma frente de esquerda eleitoral, que certamente será defendida no Conat. A moção corresponde à posição do PSTU de aliança com o PSOL e PCB. Declara-se pela candidatura de Heloísa Helena, sob critério eleitoral. Está claro que se objetiva colocar o Conat a serviço de tal frente, acordada por cima. O eleitoral-sindicalismo deve ser rejeitado.

Não se constituiu ou se constituirá uma frente sob a base de um programa antiimperialista e anticapitalista. O PSOL está interessado em se potencializar eleitoralmente e o PSTU vê nisso uma aliança vantajosa. Os ex-petistas já desencadearam sua campanha lançando candidaturas a governador e definindo os principais postos da lista eleitoral. Indicaram predisposição em compor regionalmente com o

PDT, PPS etc. Colocar o Conat sob a política da esquerda reformista pequeno-burguesa significa inviabilizar uma frente de luta classista.

Caracterizamos a frente de esquerda proposta pelo PSTU de eleitoreira, contrária a uma frente revolucionária de combate ao capitalismo e ao Estado burguês. O critério de apoiar um caudilho, sendo ele grande ou pequeno, não se coaduna com a tática marxista de usar as eleições como tribuna e como auxiliar ao método da ação direta. Os acordos armados por cima entre PSOL, PSTU e PCB não correspondem a um movimento pela intervenção classista nas eleições contrários à disputa interburguesa entre PT e PSDB.

O Conat deve rejeitar a frente eleitoreira proposta pelo PSTU ao PSOL e aprovar que se convoquem plenárias de base em todo país para se discutir o programa e a linha de intervenção nas eleições, e que em uma plenária nacional se decida definitivamente o programa, a frente e as candidaturas.

Tarefas do Conat

1. Afirmar a Conlutas como frente de luta, classista e antiburocrática;
2. Rejeitar a divisão da CUT;
3. Aprovar um programa proletário antiimperialista e anticapitalista;
4. Traçar campanhas em torno das reivindicações das massas e em torno de bandeiras antiimperialistas;
5. Aprovar uma resolução de formação de oposições classistas, antiburocráticas, programáticas e frentistas nos sindicatos dirigidos pela burocracia;
6. Aprovar uma moção de convocação de plenárias para se discutir a formação de uma frente classista para intervir nas eleições;

Base programática da frente classista e antiburocrática

1. Defesa da vida das massas: salário mínimo calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora; escala móvel das horas de trabalho; escala móvel dos salários; saúde pública a todos; aposentadoria a todos mantida pelo Estado aos 30 e 25 anos de trabalho;

2. Defesa da elevação cultural dos explorados: ensino público e gratuito a todos e em todos os níveis; expropriação sem indenização do ensino privado, sistema único estatal de ensino sob o controle de quem estuda e trabalha; escola vinculada à produção social; jornada de trabalho da juventude compatível com os estudos;

3. Combate à opressão imperialista: autodeterminação dos povos; não pagamento das dívidas interna e externa; expropriação do grande capital industrial e financeiro; fim do intervencionismo econômico e militar das potências sobre os povos oprimidos e as nações semicolônias;

4. Combate à opressão latifundiária sobre os camponeses: expropriação sem indenização dos latifúndios e do agronegócio; entrega das terras aos camponeses; controle operário da agroindústria;

5. Combate à repressão capitalista: direito irrestrito de greve, revogação de toda legislação antigreve; fim da violência latifundiária contra os camponeses pobres; fim da violência contra a juventude pobre e de toda discriminação;

6. Combate ao entreguismo da burguesia nacional: fim das reformas neoliberais; rompimento de todos acordos com FMI\BIRD\AIA; nacionalização de toda fonte de riqueza natural; recuperação das estatais privatizadas;

7. Fim do sistema capitalista: transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social; governo operário e camponês (ditadura do proletariado)

Filiar-se ao MPL, para construir ou para destruir o movimento pelo Passe-Livre?

O surgimento no Comitê de Londrina de uma proposta para nos filiar ao MPL, acatando, inclusive, os “princípios” desse grupo, em vésperas da realização do seu III Encontro nos obriga a esclarecer algumas posições que até agora pareciam ser consensuais.

Em primeiro lugar, é necessário reafirmar que o Comitê de Londrina e a **Corrente Proletária** sempre militaram pela constituição do movimento nacional, integrando o Grupo de Trabalho que se formou em Porto Alegre para organizar o II Encontro e apresentar teses para o mesmo.

Continuamos defendendo a necessidade do movimento nacional sem restrições de nenhum tipo e sem condicionamentos, um movimento amplo e democrático, aberto à participação de todos que defendam as bandeiras do Passe Livre, redução da tarifa e estatização do transporte.

O MPL não apenas é restritivo, mas, ao se constituir com pessoas que comungam dos mesmos dogmas, impostos ao restante da militância e aos grupos que a ela desejam se somar, compromete o seu caráter de movimento social, e adota posturas e idéias que mais parecem as de um partido ou de uma igreja.

Um movimento social não se constitui sobre “princípios” burocráticos, mas, sobre reivindicações. O que se forma a partir de princípios são partidos. No caso, os “princípios” propostos mais parecem dogmas. O exemplo mais típico de movimento é o sindicato, criação histórica do proletariado que agrupa toda a classe sem distinções de raça, credo ou posição política. É um organismo de frente única, e nele militam todas as correntes de opinião. Os princípios e o programa de uma direção revolucionária dos sindicatos não exclui os que estão contra, nem constituem obstáculos para a unidade organizativa e de luta.

O que agora alguns membros do nosso Comitê de Londrina estão propondo é que acatemos as três condições chamada de “princípios” para participar do III Encontro.

Consideramos inaceitável que o nosso comitê, que existe muito antes dos tais “princípios” terem aparecido (em Campinas – julho de 2005), tenha que se submeter a um processo que transforma a luta da juventude e dos usuários do transporte coletivo no país numa pequena seita cuja preocupação central é excluir os que não pensam como eles. Desde a luta do pula catraca em 2003, os jovens de Londrina mili-

tam contra a exploração desse serviço público pelos empresários tendo inclusive perdido um companheiro – Anderson Amaurílio – nessa luta. Não vamos agora abandonar tudo que se construiu para reforçar um grupo que quer isolar a bandeira do passe livre. Este isolamento das outras lutas das massas, certamente, será o fim do movimento.

Quanto aos “princípios”

Eles foram criados nos bastidores do Encontro de Campinas (não estavam colocados durante o processo de organização do encontro do qual o nosso comitê participou) com a finalidade de excluir os que, como nós, se opunham à burocracia que estava se consolidando naquele encontro. Posteriormente, com a cumplicidade de sua militância, foi sendo fabricada a lenda de que estes “princípios” teriam sido estabelecidos em Porto Alegre, o que é uma falsidade, pois nós também estivemos em Porto Alegre e lá não se deliberou nada nesse sentido.

Sobre o princípios de apertidarismo, horizontalidade e federativismo

O “apertidarismo, mas, não anti-partidarismo” é uma farsa para garantir o monopólio da influência política do reformismo. Os cardeais do MPL em sua grande maioria são oriundos do PT e até do PCdoB ou grupos “anarquistas”. Com a decomposição definitiva desses agrupamentos ficou difícil continuar chamando diretamente o voto no Lula (que é no fundo todo seu horizonte político: achar que vão resolver os problemas nacionais elegendo o Lula) e aliados, mas, isso não significa que tenham renunciado as suas concepções reformistas. Estas aparecem com clareza nas teses de São Paulo e Florianópolis.

Na tese de Florianópolis se pode ler, por exemplo, esta declaração:

“Por outro lado, a grave crise política é alavancada por setores da direita interessados nas disputas presidenciais de 2006, com evidentes interesses eleitorais. É grave que setores das esquerdas, de forma ingênua, se aliem a esse discurso golpista, de forma acrítica, fazendo o jogo das forças reacionárias que desejam retornar ao governo.” (Tese do MPL Florianópolis)

É difícil não ver aqui uma defesa do governo Lula. Outras colocações que mostram o caráter reformista (ou seja, a ilusão de que

nos marcos do Estado Burguês brasileiro podem se fazer “reformas” que gradativamente levem à solução dos problemas das massas) também são explícitas nas teses apresentadas àquele encontro.

“Dos Objetivos III - Fomentar a discussão sobre a ocupação do espaço urbano, da mobilidade urbana e de uma reforma urbana. (Fração Independente do MPL-São Paulo).

Por outro lado, temos que repudiar o esquerdismo ou desvio de esquerda, pois é necessário fazer tramitar nas casas legislativas, projetos de lei que instituem o passe livre. Assim, as conversações com setores progressistas nos parlamentos ou nas prefeituras, onde essa condição esteja posta, são de fundamental importância (Tese do MPL Florianópolis)

No entanto, a luta pelo passe-livre é um fator tático do MPL, e no processo de consolidação da luta, é possível que setores progressistas da sociedade, e não necessariamente ligados às classes trabalhadoras, possam eventualmente aproximar-se e apoiar nossa luta pelo passe-livre” (Tese do MPL Florianópolis)

Entretanto, onde melhor se expressou o reformismo (e a burocratização) foi na manobra que resultou no cancelamento de uma decisão sobre a conjuntura nacional – pautada no segundo encontro – diante da evidência de que sairia uma resolução condenando o governo de Lula, como estava na tese de Londrina e no discurso de inúmeros militantes que debateram nos grupos. O “argumento” de que era um tema polêmico e não haveria consenso não consegue explicar porque então foi pautado o tema de conjuntura?

A prática aparelhista que estes dirigentes conhecem muito bem de sua passagem pelo PT ou pelo estalinismo lhes indica que têm de fechar as brechas organizativas e políticas para impedir a disputa pela influência política. (Da mesma forma que as burocracias da UNE e da CUT). A experiência lhes ensinou o truque para impedir que as outras correntes tenham liberdade de expressão ou tenham que se disfarçar de apertidárias como eles para ter voz. Ora, uma corrente que tenha que se disfarçar para poder se expressar já está se submetendo à direção da burocracia dominante e perde o direito de questionar depois, ficando muito fácil para a burocracia a sua exclusão posterior por violar o “princípio” que disse ter aceitado no início.

O apartidarismo do MPL consiste em que só pode ser do MPL quem concorde em ser do partido do MPL. Ou seja, de apartidário não tem nada!

Contudo, eles utilizam a idéia do apartidarismo para reforçar o atraso político da juventude que, enjoada com a postura das burocracias da UNE, confunde burocratização e corrupção política com partidarismo. Ao invés de se fazer o processo da crítica política do estalinismo e do reformismo petista, mistura-se tudo num mesmo bolo e se força a conclusão de que o problema do movimento é a presença de partidos e de correntes políticas. Como a experiência dos jovens que estão começando lhes mostra a podridão das correntes reformistas e estalinistas e a adaptação oportunista das outras, fica fácil reforçar o preconceito contra os partidos em geral, escondendo que eles próprios respondem ou representam outros tantos partidos.

O que são os partidos?

Na sociedade dividida em classes sociais, os partidos expressam a luta de classes, os diversos interesses que se enfrentam. Por isso, a disputa entre os diversos partidos e correntes é a forma necessária em que se manifesta a luta de classes.

O que a juventude deve fazer é se inteirar dos programas de todos os partidos e decidir-se em qual militar e não negar a sua existência achando que os problemas da sociedade poderão ser resolvidos sem se sujar na política, em algum limbo pequeno-burguês incontaminado e isolado da luta de classes, ou seja, da luta entre partidos.

Daí também a necessidade de se localizar as reivindicações do passe livre no contexto da luta de classes – ou seja, de se debater se será resolvida nos marcos do capitalismo ou se é uma ponte para a compreensão da necessidade do socialismo.

O “argumento” de que “somos favoráveis ao socialismo, mas isso pode afastar quem não entende assim”, além de inconsequente (porque na prática esconde que se é contra o socialismo) é despolitizador, reforça o atraso político da juventude. Não a educa. Essa é finalidade da colocação feita na tese do Comitê de Londrina ao II Encontro pelo Passe Livre:

“O método de conseguir estas reivindicações deve ser o da ação direta das massas, (passeatas, manifestações, greves, etc.), pois é desta forma que os trabalhadores e os jovens se educarão para compreender que existe uma contradição essencial entre seus interesses e os do Estado burguês. A experiência de lutar para impor ao Estado – prefeitu- ras – a gratuidade e a estatização mostrará concretamente às massas popula-

res e aos estudantes o caráter irreconciliável dos interesses defendidos pelos prefeitos, vereadores, deputados e governadores com o atendimento das reivindicações elementares das massas. Mostrará de maneira prática, que se os trabalhadores quiserem ter uma existência digna é **necessário destruir o regime capitalista.**” (Tese do Comitê de Londrina ao II Encontro)

Temos que defender sim um movimento que seja aberto a todos, sem restrições, e em que a disputa de idéias e ações seja decidida com o método da democracia das assembléias, após a mais ampla liberdade de expressão a todas as posições. E se alguma corrente quer defender uma posição é melhor e mais educativo que a defenda em nome da corrente e não disfarçada de apartidária ou “como pessoa”. É desta forma que o movimento terá a energia suficiente para enfrentar o estado burguês e todos os interesses privados que se enriquecem com o transporte coletivo.

Quanto a horizontalidade e federativismo

Defendemos as instâncias de decisão de base e o controle destas sobre os dirigentes – sobre a execução das deliberações. Defendemos as assembléias como espaço de decisão soberana e defendemos a autonomia dos comitês locais para decidir os seus encaminhamentos. Estas são as medidas contra os aparelhamentos. Não se defende o movimento contra o aparelhamento aparelhando. A “horizontalidade”, na boca do MPL significa monopólio do aparelhamento pelo partido do MPL contra o aparelhamento pelos outros. (Vide a ridícula pretensão de impedir que usemos o bonequinho que chuta a catraca). Porém não precisamos inventar uma nova palavra para democracia.

Quanto ao federativismo há dois aspectos. Um é o respeito à autonomia dos comitês, com o qual concordamos plenamente, **mas**, que na prática já está comprometido de início pela obrigatoriedade de acatar o credo do MPL, os tais três princípios. O segundo é mais complexo, pois como todo movimento, se for mesmo expressão das lutas das massas, o seu processo de estruturação é o seu processo de unificação nacional e a unificação nacional significa unificação política: defender bandeiras e programa nacional. Esta e não outra é a finalidade de se fazer um congresso ou encontro. É para decidir ações e plataformas comuns. A idéia de federação – colocada aliás, demagogicamente para agrandar um setor simpatizante do anarquismo – compromete a unificação, pois, a federação – se de fato acontecer – reforça a dispersão. Por outro lado a federação proposta pelos

MPL’s é fajuta, pois na medida que obriga a concordar com princípios já começa unificando burocraticamente.

Por tudo isso é que nos opomos a ingressar no MPL acatando os “princípios”. Somos sim favoráveis a participação no III Encontro Nacional, desde que seja sem condicionamentos e com pleno direito de deliberação junto aos outros comitês. Reafirmamos a nossa defesa dos pontos abaixo para estruturar um verdadeiro movimento nacional.

O movimento nacional pelo passe livre deve se estruturar a partir de comitês locais constituídos democraticamente por todas as pessoas e correntes que defendam esta bandeira. As decisões devem ser precedidas da mais ampla discussão e garantia de expressão de todas as posições e, se não houver consenso, decide-se por maioria de voto dos militantes.

Constituição de um comitê nacional estruturado nos mesmos moldes dos comitês locais para **coordenação** das ações. Os comitês locais têm autonomia para encaminhar suas lutas e não são subordinados ao comitê nacional.

Os encontros nacionais anuais seguem o mesmo critério de composição democrática e, para preservar a expressão de todas as posições, as delegações locais enviam seus delegados na proporção do seu peso respectivo. Os encontros nacionais são o momento da discussão política e de tomada de posições mais amplas sobre a conjuntura, as grandes questões organizativas, enfrentamento com o Estado e alianças com outros movimentos.

Vinculação da reivindicação do passe livre com a defesa de escola e emprego para todos os jovens (meio período no emprego e meio período na escola); salário mínimo real com reajuste automático (escala móvel de salário); emprego para todos (escala móvel de horas de trabalho).

Defesa do passe livre universal para estudantes e desempregados.

Estatização de todo o sistema de transporte público no país, sem indenização e sob controle dos usuários e trabalhadores.

Somente um movimento amplo poderá de fato incorporar todos os setores da juventude, principalmente os jovens proletários que estão alijados das universidades e dos espaços da pequena burguesia.

É preciso combater toda ilusão de que o capitalismo atrasado e decadente poderá resolver os problemas de transporte, estudo e emprego da juventude. Trata-se, pelo contrário, de se fazer da luta pelo passe livre uma alavanca para avançar na luta contra toda forma de opressão capitalista e pelo socialismo.

Professores-SP

Em defesa da vida dos trabalhadores! chega de miséria! Salário mínimo vital, estabilidade e escala móvel das horas de trabalho

Chega de enfrentar diariamente uma jornada estafante e recebermos em troca um salário miserável. Chega de salas de aula superlotadas, enquanto salas e escolas são fechadas. Chega de aguardar por concursos que oferecem pouquíssimas vagas e apresentam exigências (haja vista o caso do PEB I o ano passado) para nos tirar da rede. O governo só quer saber de cortar gastos, seja demitindo, seja arrochando mais nossos salários. CHEGA DE EXPLORAÇÃO! TOMEMOS A CAMPANHA SALARIAL EM NOSSAS MÃOS PARA A DEFESA DOS NOSSAS REIVINDICAÇÕES!

Tomar as ruas para impor nossas reivindicações

Nossa campanha salarial não saiu do papel. Devemos ganhar as ruas para exigir um reajuste que, de fato, atenda as nossas necessidades de sobrevivência e de nossa família. Não podemos vacilar. A luta do ano passado mostrou que somente a ação direta faz o governo recuar e atender nossas reivindicações. CHEGA DE IMOBILISMO! À LUTA COMPANHEIROS!

Não nos deixemos enganar. Chega de perdas! Defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL

O que diz a diretoria da APEOESP: temos de defender um piso "possível" de ser alcançado; temos de ser "responsáveis", para não quebrar a economia do país. Defende o piso do Dieese, isto é, R\$ 1.489,33 neste mês.

A realidade: o que quebra a economia do país é o saque imperialista, isto é, o pagamento da dívida externa e interna e as remessas de lucros das multinacionais para o exterior. Impossível é o trabalhador manter a si e sua família, de maneira saudável, com um salário mínimo de fome, como o de R\$ 350,00 (estipulado pelo governo PT/Lula) ou como o do PEB I, de R\$ 668,09.

O cálculo do piso do Dieese considera principalmente o custo com a cesta básica, cuja tabela de alimentos é do governo Vargas (Decreto Lei nº 399, de 1938). Vejam a "quantidade" e a "variedade" de alimentos que toda a diretoria defende para nós:

ALIMENTOS	QUANTIDADE (multiplicar por 3)	ALIMENTOS	QUANTIDADE (multiplicar por 3)
Carne	6.0 kg	Pão Francês	6.0 kg
Leite	7.5 l	Café em pó	600 gr
Feijão	4.5 kg	Banana	90 unid.
Arroz	3.0 kg	Açúcar	3.0 kg
Farinha	1.5 kg	Banha / Óleo	750 gr
rBatata	6.0 kg	Manteiga	750 gr
Tomate	9.0 kg		

O que defendemos: o SALÁRIO MÍNIMO VITAL calculado e aprovado por uma assembleia de base (tira-se uma comissão que fará o cálculo do que precisamos para sobreviver). Para não nos exirmos da responsabilidade de apresentar uma proposta defendemos um salário não menor que R\$ 2.500,00. Compare o que a diretoria defende com o que nós defendemos.

GASTOS	PISO DO DIEESE	SALÁRIO MÍNIMO VITAL
Alimentação	R\$ 531,84	R\$ 812,75
Outras despesas (aluguel, transportes, saúde, educação, vestuário etc.)	R\$ 957,49	R\$ 1.687,25

PROPOSTAS	VALOR DO PISO (PEB I - 24 H)	VALOR DA HORA-AULA
Piso Dieese	R\$ 1.489,33	R\$ 12,41
Sal. Mínimo Vital	R\$ 2.500,00	R\$ 20,83

Chega de mentira sobre a PEC 54. Estabilidade para todos os OFA's.

O que diz a diretoria: a estabilidade para todos os OFA's aprovada na assembleia de 14/10/05 será garantida pelo Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 54/99, para aqueles que têm 10 anos de exercício público.

A realidade: O PEC 54 cria um "quadro temporário em extinção", que elimina os cargos dos servidores contratados (não efetivos), conforme eles forem se aposentando ou sendo demitidos. Ou seja, dá aos governos a possibilidade de demitir os contratados e, ainda, implica perdas de direitos.

Veja o que o autor (Celso Giglio/PTB) afirma no projeto:

- "os integrantes desse quadro permanecerão igualmente sujeitos aos regramentos da chamada Lei Camata e ao novo disciplinamento constitucional próprio da Administração Pública, ou seja, poderão eventualmente sujeitar-se aos mecanismos legais de redução de gastos com pessoal, para ajuste aos parâmetros vigentes".
- "como pessoal de quadro temporário em extinção, sem acesso a qualquer outro, nem vinculação de qualquer tipo, não poderão seus membros concorrer a plano de carreira, a cargos ou funções comissionadas, sem aspirar a outros direitos ou vantagens que não aqueles concernentes a seus respectivos cargos ou emprego, como se isolados fossem".

O que defendemos: encaminhamento da luta do que foi deliberado pela assembleia de 14/10/05: ESTABILIDADE PARA TODOS OS OFA'S, INDEPENDENTE DO TEMPO DE EXERCÍCIO.

CHEGA DE IGNORAR OS DESEMPREGADOS. ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO.

O que diz a diretoria da APEOESP: que a só a diminuição de alunos por sala (35 alunos, quando a assembleia de 20/04/05 deliberou por 25 alunos) garantirá mais emprego. Assim, como mais os concursos.

A realidade: os concursos apresentam sempre um número ínfimo de vagas e exigências que não permitem a todos se efetivarem (exemplo: PEB I em 2005). A diminuição de alunos por sala, pode gerar mais emprego e devemos lutar por ela, mas não é suficiente para dar conta dos desempregados e novos ingressantes à rede.

O que defendemos: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, isto é, a divisão das aulas das várias disciplinas pelos professores nelas habilitados, sem redução do salário. Neste caso, estipularíamos o máximo de aulas e não o mínimo, assim, automaticamente, o professor teria sua jornada de trabalho reduzida.

Professores Municipais - SP

Retomar a luta para impor as reivindicações ao governo Serra / Kassab

Governo mantém os ataques aos trabalhadores em educação do município

O governo, seguindo a lógica neoliberal de corte de gastos nos serviços públicos, já privatizou a saúde e pretende privatizar outras áreas, incluindo a educação. Além disso, investe nas demissões e no arrocho salarial do funcionalismo municipal. Na educação, como não conseguiu aprovar as OS's, através do projeto "São Paulo é uma escola", promoveu a terceirização e superexplora os trabalhadores, que enfrentam jornadas estafantes, têm de atender um maior número de alunos e continuam com o salário de fome. Nenhum aumento foi apresentado, só a miséria de adiantamento de GDE.

Diante disso, os trabalhadores em educação reagiram. No dia 28 de março decretaram uma greve histórica, isto é, massiva e longa. Foram 16 dias de luta, apesar da truculência do governo.

Serra / Kassab apostaram no enfraquecimento da luta. Ao constatarem a força do movimento, tentaram usar a prática do terror: ameaçaram cortar os dias parados; exigiram que as escolas apontassem as faltas dos grevistas; propagandearam que a adesão ao movimento era fraca, que os grevistas eram "intransigentes" e que as crianças estavam sem aulas e sem acesso à merenda da escola. Enfim, foram do terror ao drama, porém sem oferecer nada aos trabalhadores.

No dia 12/04, diante de uma manifestação de cerca de mais de 11 mil profissionais da educação, soltaram um vergonhoso pacote. Esse continha apenas o adiantamento do 13º salário (facultativo) para julho, o "aumento" da GDE de R\$ 350,00 para R\$ 400,00 (a ser pago em junho), o pagamento dos dias parados mediante reposição e a promessa de avaliação do projeto "São Paulo é uma Escola" na rede de ensino. Ou seja, o governo apenas trabalhou com o dinheiro do próprio professor, que irá ficar ainda mais endividado e com falsas esperanças de solucionar os problemas causados pelo famigerado projeto.

Uma semana depois, o atual secretário da Educação, Alexandre Schneider, anunciou que o programa "São Paulo é uma Escola" vai continuar. Disse ele: "Cada diretoria terá 30 dias para apresentar um projeto de pós-aula para a sua unidade escolar. O que a escola aprendeu de bom e de ruim nesses primeiros meses deverá ser levado em conta". Como visto, nada de fim do programa. Ao contrário, o secretário afirmou que: "É uma ação importante, não vamos voltar atrás. A escola terá a oportunidade de escolher a melhor maneira de implantar, respeitando as realidades locais".

Se não bastasse isso, o secretário de Kassab ainda inventou outra maneira de acelerar a privatização das escolas municipais por meio de sua autonomia financeira. Está montando um programa de formação para os membros das Associações de Pais e Mestres (APMs), que lhes "capacitará" na busca de recursos privados.

É necessário responder com luta esses ataques do governo.

Abaixo o programa "São Paulo é uma escola"!

AUMENTO SALARIAL REAL JÁ. DEFESA DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL!

REDUÇÃO DE ALUNOS POR SALA!
Mais ESCOLAS E SALAS DE AULA!
REDUÇÃO DE JORNADA SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO!

É PRECISO AVANÇAR NA LUTA

A greve da educação municipal mostrou a disposição da classe em enfrentar o governo, que impõe o projeto privatista "São Paulo é uma Escola" e o arrocho salarial. As assembleias foram massivas e ganharam força com a adesão de diretores e de supervisores. Os trabalhadores em educação permaneceram firmes, ou seja, não recuaram no propósito de conquistar suas reivindicações, mesmo diante das ameaças do governo de descontento dos dias parados.

Apesar das assembleias serem massivas e da importância das inúmeras passeatas, o movimento não avançou para a radicalização necessária (bloqueios de avenidas, ocupações etc). O único momento de radicalização ocorreu no dia 04 de abril, quando os grevistas aprovaram a ida à Av. Paulista (Masp) sem que houvesse a defesa da proposta. Nessa assembleia, passaram por cima da direção sindical pelega e rechaçaram seu imobilismo.

É assim que devem agir os trabalhadores em educação. Têm de estar atentos às manobras da diretoria do sindicato. Essa foi uma das lições que a greve nos ensinou. É que é necessário reorganizar o movimento para impor as reivindicações.

PELA RETOMADA DA LUTA PARA IMPOR AS REIVINDICAÇÕES!

POR UM COMANDO DE NEGOCIAÇÃO DE BASE ELEITO NA ASSEMBLÉIA!

Diretoria do SINPEEM degola greve

A burocracia do Sinpeem procurou por fim ao movimento. O medo das massas fez como que posasse de radical nas assembleias. Mas, tudo não passava de um grande blefe. Cláudio e sua turma agiam desta forma porque não tinham nenhuma moeda de troca para barganhar com os trabalhadores grevistas o fim da greve, pois o governo não apresentava qualquer proposta para o movimento.

No dia 12 de abril, o golpe fatal foi desferido. Com o pacote de "propostas" do governo, os burocratas do Sinpeem venderam a greve e traíram os trabalhadores em educação. Traíram porque convenceram os grevistas de que seria positivo aceitarem a miséria que o governo propunha. Traíram porque não havia qualquer proposta de aumento salarial. Ou seja, a classe, que durante 16 dias lutou pela conquista de suas reivindicações, saiu sem nada. Graças ao vendilhão do Cláudio e sua turma de lacaios.

A burocracia do sindicato quando "radicalizava" no discurso era para acalmar a base, isto é, para impedir que as propostas da oposição ganhassem força. A tática da burocracia sindical, entretanto, foi a de impedir que a oposição se manifestasse nas assembleias. Ao mesmo tempo, não implementou decisões importantes, como o Comando de Negociação de Base

aprovado nos RE's e o chamado de unidade com os professores da rede estadual. Agiu como burocrata: centralizando cada vez mais as decisões. Buscou apoio naqueles que ainda estavam em dúvida para decretar o fim da greve. Utilizou o discurso do medo do desconto dos dias parados, num momento em que o movimento mostrava a tendência de continuar a luta, caso o governo não atendesse às reivindicações.

Por isso afirmamos: é preciso varrer com essa burocracia da direção do sindicato.

Construir um forte movimento de oposição à burocracia sindical

A oposição não conseguiu "furar o bloqueio" do caudilho Cláudio. Isso demonstra seu estágio embrionário e, portanto, sua fragilidade e a pequena penetração na classe. As várias correntes que compõem a oposição procuram unir-se nos congres-

sos, assembléias, RE's etc., mas ainda não representam uma força social capaz de impulsionar a luta dos trabalhadores da educação contra o governo e a burocracia. A direção do Sinpeem procura manter-se no aparelho sindical às custas da eliminação da democracia operária.

A parcela minoritária da direção do Sinpeem não compareceu como oposição real à direção majoritária. Por isso, na greve, o deslocamento desse setor para a oposição foi circunstancial. Haja vista, que não há um trabalho sistemático do mesmo contra a ala majoritária da diretoria.

Como se vê, há a necessidade de construção da fração revolucionária no interior do sindicato. Ou seja, uma fração oposicionista dotada de um programa de defesa da vida dos trabalhadores e assentado na mais ampla democracia sindical.

Pôr em pé a fração revolucionária para conquistar o sindicato para a luta dos trabalhadores!

USP: Contra a divisão do movimento estudantil!

Mesmo afirmando que só querem cindir a UNE, a prática dos que defendem a ruptura na USP mostra que acabam levando à perigosa divisão dentro de todo o movimento

Duas assembléias de estudantes da USP foram convocadas à margem do DCE e da grande maioria dos CAs. As duas têm a mesma pauta: eleição de delegados ao Conat (Congresso Nacional de Trabalhadores), que formalizará a ruptura com a CUT e organização de uma nova central (Conlutas), e participação no ENE (Encontro Nacional de Estudantes), que formalizará a ruptura com a UNE e organização de nova entidade (Conlute). A primeira é chamada pelas correntes Negação da Negação e Liga Estratégia Revolucionária; a segunda pelo PSTU ("Lado B"). Como não chegaram a um acordo de bastidores que satisfizesse todos os lados, dividiram-se.

Consideramos grave que se abra o precedente de convocação de uma assembléia de estudantes da USP dessa forma: à margem do DCE, dos centros acadêmicos e da maioria estudantil. É parte da democracia estudantil a possibilidade das bases convocarem uma assembléia geral mesmo que contra sua direção. Para isso, é necessária a representatividade expressa num grupo de centros acadêmicos ou num grande número de estudantes que expressem seu apoio à convocação. Mas não é isso o que acontece com as assembléias convocadas. As correntes minoritárias, empenhadas num movimento minoritário de divisão do movimento estudantil, dividiram-se também no seu intento, mas estão unidas em trabalhar à revelia dos estudantes.

Está aí uma das conseqüências da aventura divisionista encabeçada pelo PSTU e apoiada por determinadas correntes: não é só a UNE que é cindida; a divisão afeta todo o movimento estudantil, e já se manifesta no interior da USP, com o grave precedente da convocação de uma assembléia paralela. Dizemos que é um grave precedente porque pode servir para que, no futuro, justifique que outros grupos o façam, com os mais diversos propósitos. Por exemplo: que, numa greve, um grupo de fura-greves se julgue no direito de convocar uma assembléia paralela para quebrar o movimento.

A divisão já se expressou antes, também na USP: no ano passado, certamente foram os interesses de aparelho do PSTU em relação à eleição de delegados ao CONAT (já que burocrati-

camente se definiu que a representação de oposições no congresso deve se basear em sua proporcionalidade nos votos da última eleição) que pesaram para que esse partido sabotasse abertamente a organização de uma oposição unificada à atual diretoria do DCE. Quem se beneficiou dessa divisão? A atual direção.

A realização do ENE e CONAT, na situação atual, apresenta como de "discussão dos rumos do movimento estudantil", se concentrará na verdade em dois objetivos: formalizar a ruptura e apoiar a tática de frente eleitoral de esquerda defendida pelo PSTU (na prática, apoio à candidatura de Heloísa Helena à presidência e dos candidatos do PSol aos governos estaduais, procurando se potencializar eleitoralmente).

A Corrente Proletária vai ao ENE e ao CONAT para combater a divisão e defender a organização de uma frente de oposição antiburocrática e antigovernista nas organizações de massa. O amplo controle burocrático e influência política que tem a direção da CUT (PT) sobre os sindicatos e a direção da UNE (PCdoB) sobre o movimento estudantil provam a necessidade de travar a luta contra essas direções no interior dos movimentos, e não à margem deles.

A eleição de delegados na USP jamais poderia ser pela divisão do movimento estudantil. Mesmo o DCE não tem poder para convocar uma assembléia para organizar o ENE e Conat, porque há uma decisão congressual de reconhecimento da UNE, que a direção do DCE não pode ultrapassar. A eleição de delegados ao Conat só poderia ser organizada por uma plenária chamada pelo Conlute, de forma unitária.

Participamos das plenárias já ocorridas em outros setores que elegeram delegados com esse objetivo. Não construímos os encontros que têm o objetivo declarado de divisão. Vamos a eles para defender a unidade organizativa e a luta antiburocrática e antigovernista no interior das organizações de massa.

Não reconhecemos a legitimidade das assembléias convocadas de forma minoritária e divisionista. Chamamos os estudantes que defendem a luta unitária a não embarcarem na aventura do PSTU e seus apoiadores nesse intento.

Direção estadual do SINTE dá golpe na escolha de delegados da CUT

A direção estadual do SINTE (PT e PCdoB) não escolheu os delegados da categoria em assembleia geral e nomeou todos os 43 entre os partidários da direção. A justificativa da direção é que a assembleia convocada para isso terminou antes de discutir esse ponto e não haveria outro momento hábil para a escolha dos delegados.

A assembleia terminou antes de discutir esse ponto porque a direção estadual do SINTE não permitiu a fala de um membro da categoria, ferindo já a democracia dos trabalhadores, ocasionando então o conflito que tumultuou a assembleia.

O argumento de que não haveria tempo hábil para a escolha de delegados não é verdadeira. A executiva da CUT estadual – dirigida, inclusive, por sua maioria pelo PT e PCdoB – poderia muito bem permitir, diante do acontecido na assembleia da categoria, a convocação de uma assembleia extraordinária para a escolha dos delegados fora do prazo estabelecido para a eleição na Capital sem prejuízo da data do Congresso. Havia tempo para essa assembleia muito antes da data do Congresso. O verdadeiro motivo da direção estadual do SINTE foram as suas dificuldades perante a base, devido a sua política de sustentação dos governos municipal e estadual do PSB.

Tem consistido em uma prática corriqueira da direção estadual do SINTE (PT e PCdoB) ferir a democracia operária. Na greve estadual do ano passado, tentaram acabar com a greve em uma clara votação favorável a sua continuidade; na greve mais recente do município, não contentes em perder a votação com maioria esmagadora de votos favoráveis a continuidade da greve, a direção estadual juntou-se com a justiça burguesa em ameaças aos trabalhadores em educação de desconto dos salários, multas, julgamento de ilegalidade da greve e convocou uma assembleia em menos de 48 horas impondo – através do medo e da ameaça – o fim da greve. Foi prática constante da direção a limitação das falas da base, a negação ao acesso ao microfone de declarações de voto e até mesmo, a pedidos de esclarecimento, como ocorreu na assembleia do município quando negou a palavra a uma professora da base que nunca havia feito uma intervenção antes.

Essa prática da direção estadual do SINTE corresponde a sua política de conciliação de classes que, uma vez alcançando a direção do executivo do País, destila uma política de sustentação do governo federal e, por isso, dos governos de partidos aliados. No Rio Grande do Norte o PT sustenta, tentando barrar o avanço da luta sindical, os governos municipal e estadual do PSB.

Na escolha dos delegados ao congresso da CUT, a direção está inovando. Diante do descontentamento crescente da categoria, a direção sabia de suas dificuldades na eleição dos delegados partidários de suas idéias e da potencialidade da oposição, principalmente a ligada à regional do SINTE de Ceará-Mirim, dirigida pelo POR. Os delegados do SINTE são estratégicos para o congresso estadual, uma vez que é a categoria onde o PT e o PCdoB tiram mais delegados. Este ano, fragilizados na base, a direção preferiu o golpe como uma forma de manter sua influência entre os delegados da categoria.

O POR denuncia essa prática anti-trabalhadora da direção estadual do SINTE convocando os educadores a fortalecer a oposição unida que cresce na base da categoria. Vamos derro-

tar essa burocracia sindical e expulsá-las para os braços dos governantes onde eles já se encontram.

A oposição na CUT

Através da direção da Regional do SINTE em Ceará-Mirim, o POR entrou com um recurso tentando anular a escolha da direção estadual do SINTE dos delegados da CUT. O recurso foi dirigido para a Coordenação do Congresso. O recurso foi rejeitado pela Coordenação composta pelo PT e PCdoB.

Portanto, foi conduzido para a executiva estadual da CUT e igualmente rejeitado, tendo apenas o voto favorável do presidente ligado ao PSOL. Assim, vai caminhar para a executiva nacional, que deve rejeitá-lo, não sem antes passar pela Plenária do Congresso Estadual.

O POR não tem ilusão na possibilidade de aprovação do recurso mas tinha o dever de fazê-lo para poder denunciar a prática antidemocrática do PT e PCdoB.

Neste sentido, o POR se dirigiu à fração opositora na CUT no Estado com o intuito de denunciar e combater essa prática no movimento sindical. Porém, os companheiros, em aliança com a CSC (Corrente Sindical Classista, do PCdoB), negaram-se a colocar esse problema em uma reunião conjunta que tiveram com os grupos opositores e a qual o POR não foi chamado.

No Congresso passado, a TM-PT realizou uma aliança com o PCdoB para vencer as eleições para a executiva estadual da CUT e destronar a Articulação. O que aconteceu depois foi o alinhamento do PCdoB com as políticas da Articulação dando maioria à política de sustentação dos governos enquanto que o presidente da CUT, membro da TM, ficava sem representatividade na executiva para poder desenvolver outra política.

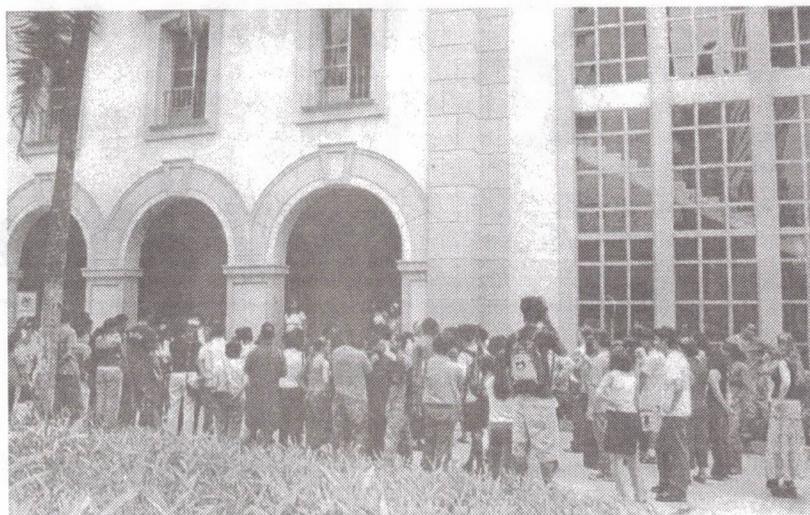
O POR não concorda com a aliança com o PCdoB porque entende que sua política é semelhante à política da Articulação-PT e, por isso, por mais que possamos derrotar o PT no congresso, o mandato da CUT fica comprometido porque a maioria fica nas mãos dos defensores da política de apoio aos governos (PSB e PT). Neste sentido, a intenção de retomar a CUT para organizar greves gerais no Estado, promover greves, cooperar com as ocupações de terra do MST, enfim, para encampar a luta e apoiar todo combate dos trabalhadores contra os governos e patrões burgueses, fica impossibilitado. É preciso não esquecer que a política que privilegiou a conquista do aparelho sindical em detrimento da luta cotidiana dos trabalhadores levou a oposição na CUT a ficar em uma situação minoritária. Inclusive, foi essa política desenvolvida durante toda a permanência do PSTU na CUT que o levou a inutilidade, conduzindo-o a uma política de negação da CUT. O PSTU ao invés de reconhecer a inutilidade dessa política, que o levou à incapacidade de combater o PT e o PCdoB, concluiu pela impossibilidade de lutar na CUT.

O POR defende a formação de uma fração por todos aqueles defensores da independência dos sindicatos frente aos governos, que defendam a democracia operária e a luta direta, portanto, sem o PCdoB.

PUC-SP:

Ou estatização ou mercantilização

As demissões de centenas de funcionários e professores da PUC, por ordem da Igreja, evidenciou o novo “modelo” traçado pelos interventores para essa universidade: fonte de exploração do trabalho e lucratividade. Mas esse “modelo” atinge também centenas de estudantes pobres que dependem de bolsas. Está sendo reduzido o número de bolsistas e se estão impondo bolsas não integrais.



As contas dos padres interventores são simples: aumenta-se a jornada de trabalho dos professores, demite-se em massa, depois se contratam novos docentes pela metade do valor e se eliminam conquistas trabalhistas destruindo o contrato de trabalho interno; demitem-se em massa funcionários e se terceiriza, rebaixando os salários; mantêm-se as altas mensalidades, restringe-se o número de bolsas e reduzem-se as bolsas integrais. Ao mesmo tempo, aproveitam-se das isenções do ProUni e da farsa do regime comunitário sem fins lucrativos, que permite ricas isenções.

Para impor esse novo regime trabalhista e de exploração do ensino, faz parte dos cálculos da Igreja \ Fundação a substituição dos estatutos e do regimento interno da PUC por outros que impossibilitem eleições diretas para os cargos acadêmicos, cujos poderes interferem no administrativo. Embora constituam uma burocracia de professores, os organismos acadêmicos e as eleições, incluindo a eleição do Reitor, passaram a ser um obstáculo ao novo modelo mercantil.

Os interventores planejam liquidar a democracia formal-burocrático-acadêmica exercida pelos professores e estabelecer uma administração centralizada, vertical e autoritária. Trata-se do formato das empresas de ensino, comandada por um proprietário e administrada segundo o mercado e a lucratividade.

Esse é o plano arquitetado pelos interventores, com a conivência da Reitoria.

A maior parte dos professores abaixou a cabeça; e favorece a implantação da via mercantil. Os funcionários se mostraram temerosos com as demissões; sentem-se isolados pelos professores que colaboram com a intervenção. Os estudantes tomaram a frente da resistência, mas apenas uma pequena parte se mobilizou com determinação.

A ocupação do CETAL pelos estudantes pobres e bolsistas ficou isolada. O apoio da assembléia dos professores não foi capaz de mobilizar. A Reitoria assumiu a tarefa repressora, ameaçando lideranças de expulsão, fazendo assim às vezes da Fundação.

O ganho de causa no Tribunal Regional de Trabalho em favor da reintegração dos professores demitidos não deu lugar à mobilização necessária para se contrapor ao recurso da Fundação ao Tribunal Superior do Trabalho. Todo esforço de ação por parte da Apropuc, convocando assembléias e propondo manifestações coletivas, não modificou a inércia da maioria. As passeatas estudantis pelas bolsas integrais chamaram a atenção, mas não conseguiram quebrar o círculo de ferro do elitismo social que prevalece na universidade.

Esse quadro negativo atual, no entanto, foi precedido por importantes mobilizações estudantis, que impuseram uma greve parcial contra as demissões.

Os novos ataques dos interventores evidenciarão mais ainda os objetivos mercantis. A resistência da minoria de professores, funcionários e estudantes

poderá modificar a situação favorável aos interventores. É preciso, no entanto, que a vanguarda do movimento não se isole da parcela estudantil despolitizada e distinta da parcela elitista e de arraigada mentalidade capitalista. Também está colocado unificar a minoria ativa dos três setores para trazer ao campo da luta a parcela mobilizável.

A bandeira do ensino público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social deve ser desenvolvida. Mas não deve ser contraposta às reivindicações como fim da intervenção, readmissão dos demitidos, bolsas integrais, condições de ensino etc. Há um percurso a ser feito para vencer a mentalidade mercantilista predominante na educação.

A classe média vem se mostrando incapaz de enfrentar a destruição do ensino público e rechaçar a implantação das empresas de ensino. As direções conciliadoras e pró-governamentais se apóiam nessa realidade social conservadora para evitar a luta pelo ensino público. Está aí a importância de se implantar a política do proletariado no movimento dos estudantes e dos trabalhadores da educação.

A bandeira de ensino público a todos pertence ao programa do proletariado e as massas pobres da classe média terão de ser convencidas do valor desse programa. Uma boa parte dos professores universitários está fisiologicamente ligada às relações capitalistas impressas na educação, será via de regra adversária.

A PUC abriga, além da casta docente privatista, uma ampla camada de jovens de classe média alta. São travas à luta contra a intervenção da Igreja e ao seu projeto da escola para o lucro. Mas há uma parcela avançada e que se politiza com os embates. Trata-se de uni-la fortemente em torno da bandeira de estatização da PUC, sem indenização e sob o controle de quem estuda e trabalha.

Nesta edição:

- ONU faz nova ameaça ao Irã
- Palestra sobre a Bolívia
- 30 anos do golpe na Argentina

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



ONU faz nova ameaça ao Irã

A ONU discute uma resolução para responder à iniciativa do Irã de aumentar o processamento de urânio com a instalação de novas unidades de enriquecimento, que permitiriam o crescimento da produção de energia e também a fabricação de armas nucleares. Os ataques do governo norte-americano tornaram-se abertos: Bush ameaçou o emprego de armas nucleares contra o Irã, para desarmá-lo. Tudo indica que só não iniciou uma ofensiva de ocupação do país devido ao atolamento da intervenção no Iraque, que tem sofrido cada vez maior resistência, e que caminha para uma guerra civil entre as nacionalidades oprimidas. Os países europeus apóiam uma resolução da ONU punitiva ao Irã. A China tem manobrado para não assumir uma ação mais ostensiva. Mas se junta aos EUA e Europa nas pressões contra o armamento nuclear do Irã.

O chanceler iraniano declarou que é possível abrir à ONU a inspeção dos locais de processamento de urânio, desde que se retirem todas as resoluções que impedem ao Irã de prosseguir com seu programa nuclear.

O imperialismo ainda teme pelas conseqüências de uma tentativa de ação militar contra o Irã: desencadeará um levante no Oriente Médio e expandirá os protestos no mundo todo. As

potências querem acordo da ONU e de países como China e Rússia para poder enfrentar a resposta mundial dos povos oprimidos.

As pressões contra o Irã, que se apresentam como pacifistas nucleares, encobrem as verdadeiras intenções do imperialismo: aumentar seu controle sobre as fontes da principal matéria-prima mundial, o petróleo, através da ocupação militar e instauração de um governo títere nos principais países produtores.

A resistência de setores nacionalistas burgueses à ocupação imperialista é incapaz de detê-la. A disparidade armamentista é brutal. A autodeterminação das nacionalidades depende do armamento geral das massas, da luta antiimperialista e anticapitalista.

A defesa da autodeterminação, que inclui o direito de se armar inclusive com bombas atômicas, é parte do internacionalismo proletário e da luta contra a burguesia mundial. O POR se coloca incondicionalmente ao lado do Irã contra os EUA e defende que o proletariado mundial busque todos os recursos possíveis para combater as tentativas de intervenção militar imperialista contra os países atrasados.

O que será da tão apregoada Constituinte burguesa

Não há que esquecer que a constituinte foi prometida e agora está sendo organizada e divulgada pelo governo do M.A.S, governo que abertamente apregoa e executa a política burguesa e que sintetiza em sua atividade cotidiana a defesa intransigente da grande propriedade privada das multinacionais que invadem o país para apropriar-se de seus recursos naturais, que caridosamente lhes oferece Evo, o lambento (serviçal).

Os defensores intransigentes do capitalismo o que mais podem fazer é concretizar em leis do país esse objetivo central. *Seria uma loucura esperar que os investores do "capitalismo andino" adotem medidas que atentem contra os interesses fundamentais dos empresários que se movem no seio do capitalismo mundial.*

Para Evo, a expressão "andina" do capitalismo, e até por ser boneco lavado pelos "chiri-wayrita", em momento algum lhe ocorrerá colocar pedras no caminho das intocáveis poderosas



multinacionais.

Em resumo: *A Constituinte do atual Presidente da República se limitará a colocar alguns enfeites na atual Carta Magna e, em caso extremo, promulgará outra Constituição que não separará um só milímetro da viga mestra da que existe hoje, cuja essência dispõe não tocar na intangibilidade dos interesses (acobertados pelos termos de "direitos") dos portentosos e mais poderosos.*

A Bolívia que saia da Constituinte que já se anuncia (criatura do ex - índio Evo, agora um verdadeiro k'ara (apelido dado pelos índios aos brancos colonizadores)) será a mesma que existe hoje. Os grandes proprietários, no campo e em outros lugares, continuarão intocáveis. Os trabalhadores, os índios, os desempregados, os oprimidos, continuarão como agora, esgotados pelos excessos dos poderosos, dos milionários.

A Constituinte cairá como outra chicotada sobre o povo boliviano.

Palestra sobre a Bolívia

O Partido Operário Revolucionário editou os documentos do Congresso do POR boliviano. Realizou um estudo coletivo, que abrangeu períodos revolucionários, como o de 1952 e 1971. O objetivo foi o de compreender o desenvolvimento da revolução boliviana atual, que passa pela experiência do governo de Evo Morales. Para entender a volta em forma de caricatura do nacionalismo burguês com a eleição do caudilho indígena, utilizamos ao lado dos documentos do congresso de janeiro de 2006, textos que constam das Obras Completas de Guillermo Lora, abrangendo a revolução nacionalista de 1952 e a constituição da Assembléia Popular em 1971.

Os leitores e militantes poderão conhecer as posições atuais do POR adquirindo o folheto "Perspectivas da luta Revolucionária na Bolívia". Abaixo publicamos uma parte da entrevista de Lora concedida no fogo dos acontecimentos. Lembremos que Evo Morales, em entrevista ao programa Roda Viva, TV-Cultura, refere-se ao POR como o partido que luta contra seu governo.

Entrevista de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário, de 17 de abril de 1952 ao jornal francês La Vérité:

1.O que é exatamente o MNR?

O Movimento Nacionalista Revolucionário é na realidade um partido pequeno burguês que se apóia nas organizações de massa. Nunca dissemos que poderia realizar as tarefas democrático-burgueses. Dizemos em nosso programa que tais tarefas deverão, na presente etapa histórica, serem tarefas da revolução proletária.

A luta cotidiana nos coloca atualmente na mesma barricada comum com todos os explorados e todas as tendências políticas, em meio das quais está o MNR, ainda que não exista nenhum pacto formal com esse partido, ainda que o temos combatido quando foi governo. Por outro lado, é nosso interesse do momento emancipar os trabalhadores de sua direção pequeno-burguesa nacionalista. Não acreditamos que isso se possa conseguir pelo caminho da calúnia e da falsificação, mas sim expondo diante das massas um programa revolucionário preciso.

2.O que era a Junta Militar cujo estouro foi convertido em ponto de partida da revolução?

A Junta Militar nasceu de uma manobra palaciana, provocada pelo agente do imperialismo Mamerto, que havia sido derrotada pelas massas nas eleições, instaurou um regime a serviço incondicional do imperialismo e da feudal-burguesia. A Junta Militar se desintegrou antes de 8 de abril.

3.Qual é a atitude e o papel de vosso partido nesse situação?

O POR desenvolveu nos últimos meses uma grande campanha política tendente a polarizar politicamente amplos

setores de explorados. Apesar da ilegalidade, o programa dessa campanha foi lançado publicamente ao mesmo tempo que chamando todos os partidos de massa, inclusive o MNR, para organizar uma frente comum de luta contra o imperialismo. A proposta não encontrou resposta. O MNR procurava chegar ao Palácio do Governo de imediato, pelo caminho do golpe de Estado. O POR não alimenta ilusões acerca do antiimperialismo pequeno-burguês, mas está interessado vivamente em ajudar os trabalhadores e a todos os setores explorados da classe média a encontrar o caminho revolucionário, o que nos obriga a criticar as correntes populares pretensamente revolucionárias e antiimperialistas.

As consignas centrais defendidas pelo POR:

a)vigência da Constituição Política no país, o que obriga à formação do governo do MNR, que obteve a maioria dos votos em 1951;

b)luta por melhorias salariais e de condições de trabalho;

c)luta pela vigência e respeito às liberdades democráticas;

d)mobilização das massas contra o imperialismo, pela nacionalização das minas, rechaço da convenção da ONU e entrega de terras aos índios.

A maioria dos ataques da feudal-burguesia está dirigida contra as Teses de Pulacayo. O movimento de 9 de abril não foi surpresa para o POR.

4.Como o golpe de Estado se transformou em insurreição revolucionária?

As massas estavam nas ruas. Os dirigentes sindicais (quase todos eles do MNR) não tiveram saída senão delinear um programa de reivindicações que compreendiam a nacionalização das minas e a destruição da propriedade latifundiária da terra. Os militares Seleme e Torres Ortiz procuraram uma aliança com a Junta Militar. A direção direitista

do MNR desesperada pela traição dos generais, se viu obrigada a recorrer aos operários fabris, mineiros, chamando-os a lutas pela revolução. Os trabalhadores lutaram contra a Junta Militar e nos bairros operários surgiram as barricadas. Os trotskistas se converteram nos centros de resistência contra a reação e na tribuna dos revolucionários. Imprimiram ao movimento um caráter radical. Os operários deliberaram e concordaram impor suas condições para a direita do MNR, é assim que obrigaram a aceitar a inclusão no novo gabinete ministerial elementos operários, que constituíram a fração movimentista de esquerda, dirigida por Lechin.

5.Quais são as perspectivas futuras desse levante?

O movimento golpista começou pelos militares de costas ao povo, adquiriu um caráter revolucionário pela presença das massas. O governo instaurado na Bolívia é provisório. A reação joga sua última carta procurando controlar as massas por meio de um governo em que se tem incrustado os elementos mais reacionários do MNR e particularmente da maçonaria. A luta que se abre é a das massas para impor suas próprias reivindicações ao governo surgido das jornadas de 9 de abril.

6.Como caracterizar o governo atual?

O governo de Paz Estenssoro tem todos os traços característicos de bonapartista, oscilante entre o proletariado e o imperialismo. Não resta a menor dúvida de capitular diante do imperialismo norte-americano e de ganhar a confiança deste, apresentado-se como o único capaz de controlar as massas. Não há outro caminho senão o de ajudar as massas a compreenderem, partindo de sua experiência diária, qual é a direção revolucionária que pode conduzi-la à vitória, a conquista do poder.

Manifesto do POR argentino sobre os 30 anos do golpe militar genocida

Argentina:

30 anos de guerra da burguesia imperialista contra os trabalhadores e a juventude da Nação,

30 anos de entrega de nossas riquezas, de corrupção e decomposição gigantesca,

30 anos de miséria, desemprego, super-exploração, retrocesso das condições de trabalho e de vida,

30 anos de repressão genocida, desaparecimentos, seqüestros, torturas, rapto de crianças,

30 anos de perseguições, ilegalidade para os lutadores, 4 mil processados...

Só se fará justiça quando terminarem com a ditadura do capital, mediante a revolução social, emancipando definitivamente a nação.

Assim iremos iniciar nossa liberdade e vingar e honrar a memória de tantos lutadores caídos

Só haverá castigo quando acabarmos com o imperialismo, especialmente o norte-americano, responsável pelo golpe genocida e a repressão terrorista, aqui e em toda a América Latina.

Só haverá castigo quando acabarmos com a burguesia local, com os empresários que deram a ordem de devastar as organizações sociais dos trabalhadores.

Só haverá castigo quando ajustemos contas com os políticos, os padres, os ideólogos da repressão selvagem.

Para que isso não volte a acontecer, temos de acabar com todos eles e seu estado.

Se não acabarmos com eles, voltará a se repetir a repressão sangrenta, quando não puderem conter as lutas populares pelos métodos "democráticos".

Como acabaremos com eles? Expropriando-os, acabando com as multinacionais, com os latifundiários, com os grandes financistas, recuperando toda a riqueza, renacionalizando as empresas privatizadas, desconhecendo a dívida externa, desconhecendo todos os acordos e contratos com o capital financeiro internacional.

Os meios de comunicação já falaram tudo sobre o que foi a barbárie repressiva. Mas não falam o essencial. Não desentranham as causas da brutal repressão, do extermínio da vanguarda que lutava. No máximo, dizem que foi para impor um Plano Econômico, para favorecer tais interesses, e que beneficiou tais ou quais empresas.

Toda a burguesia, suas câmaras empresariais, seus partidos, seus ideólogos, sua burocracia sindical sustentaram o golpe e a repressão. Alguns setores se beneficiaram mais que outros, mas a classe burguesa respaldou o golpe.

É falso afirmar que a repressão esteve orientada a terminar com as guerrilhas. Claro que foi um dos objetivos, mas o menor. O objetivo central, como demonstra a origem e o papel das vítimas, era desarticular todos os movimentos, todas as organi-

zações, desde a base, expropriar-lhes seus direitos.

Quiseram aniquilar o processo que se iniciava com o Cordobazo, que abriu caminho para tendências muito fortes de independência política da classe operária, que poderiam convertê-la em direção dos oprimidos. Havia começado um rompimento profundo com a tutela ideológica do peronismo.

Ao ocultar esses fatos essenciais, ressurgem com a teoria dos demônios, de que alguns militares loucos se excederam em seu combate à guerrilha ou o fizeram por meios ilegais. Essa forma de apresentar os fatos serve para encobrir a realidade, não contribuindo para chegarmos à raiz do problema.

Não bastam feriados, monumentos, condenações, livros ou leis para conter a prepotência desesperada dos capitalistas quando seu regime se encontra ameaçado.

Vemos nitidamente como os Estados Unidos agem no Iraque e agora no Irã e como pretendeu fazer na Venezuela. Não lhe importa nenhuma legalidade ou legitimidade quando têm como objetivo restabelecer sua ordem ou impor uma nova ordem para garantir seus negócios.

Não nos enganemos com as propagandas de que Kirchner é a favor dos direitos humanos. Esse governo não irá resolver nenhum dos direitos humanos mais elementares, pelo contrário, perpetua as conquistas dos capitalistas contra os trabalhadores. Esse governo trabalha para eles. Esse governo é o que pagou a dívida ao FMI.

Este é o governo da repressão às organizações piqueteiras, que utiliza ameaças contínuas, extorções e corrupção para bloquear as lutas populares.

Quer comprar a bandeira dos direitos humanos a baixo preço: estabelecendo alguns museus, condenando alguns militares sem peso nas forças armadas, e, principalmente, não modificar a base do sistema da repressão.

(extraído do 'Masas' argentino nº 194 de março de 2006)